

O FINANCIAMENTO INTERNACIONAL DO ABORTO

ENTREVISTA COM FRANCES KISSLING, PRESIDENTE DAS CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR, REVELA A HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO E O FINANCIAMENTO INTERNACIONAL DO ABORTO

<http://www.smith.edu/libraries/libs/ssc/prh/transcripts/kissling-trans.html>

**Resenha da entrevista concedida em setembro de 2002,
em Washington, D.C.**

1. INTRODUÇÃO.

Em 2002 Frances Kissling concedeu uma entrevista de mais de sete horas de duração narrando a história da organização da qual ela é presidente até hoje.

Kissling é a presidente da Catholics for Free Choice, ou Católicas pelo Direito de Decidir, uma organização internacional sediada em Washington que hoje trabalha na promoção do aborto em todos os países da América Latina, na União Européia e acaba de iniciar a sua implantação nos países da África.

De Católicas elas possuem apenas o nome, propositalmente escolhido para confundir. Seu verdadeiro objetivo é a implantação definitiva e irreversível da prática do aborto em todo o mundo, para o que são financiadas, juntamente com uma numerosa rede de outras ONGs que atuam em um só conjunto para este mesmo fim em todo o globo, por uma fabulosa quantidade de fundações que definem as estratégias, financiam o trabalho e não costumam aparecer para o público.

A entrevista é grande e o texto apresentado abaixo, embora bem menor que o original, é ainda um pequeno resumo. Mesmo assim, os leitores são exortados a evitar a simples vista de olhos e estudar este texto com atenção. A entrevista é importante não tanto por causa do enredo da história principal, que é a carreira de Kissling e a fundação das Catholics for Free Choice, mas pela extraordinária riqueza de detalhes paralelos que vão sendo mencionados ao longo da narrativa. O pano de fundo de toda a narrativa é a onipresença das fundações que financiam internacionalmente o aborto nas decisões que aparentemente são tomadas pelas ONGs. Estas ONGs são as que aparentam decidir o que será feito e as que aparecem para o público e, mesmo assim, apenas para um pequeno público. Nos países latino americanos poucos conhecem estas ONGs, e o gigantesco trabalho que elas desenvolvem em nosso território para promover o aborto e o quanto elas penetraram em todas as instâncias estratégicas da política governamental, sem se importarem com o que pensa a respeito o povo que freqüentemente e enganosamente afirmam representar. Mesmo sendo poucos os que as conhecem, muito menos são os que conhecem as Fundações que traçam as suas estratégias, que lhes financiam todo o trabalho e que estão todas sediadas no estrangeiro. Mesmo para Frances Kissling, que está no coração deste trabalho,

como se depreende claramente de suas palavras, as verdadeiras intenções destas fundações das quais ela recebe o dinheiro para desenvolver suas atividades, estão envoltas em muitas dúvidas.

Para incentivar a leitura deste condensado, pensamos que seria interessante chamar a atenção do leitor para a importância de alguns destes detalhes que aparecem ao longo da história. Esperamos com isto incentivar o leitor a um estudo sério deste documento e também, posteriormente, ao estudo deste mesmo assunto.

2. FINANCIAMENTO INTERNACIONAL DO ABORTO ILEGAL NA ITÁLIA.

Conforme pode ser lido em seu depoimento, depois de ter sido diretora de clínicas de aborto nos Estados Unidos, Kissling foi chamada pelas fundações que financiam a promoção mundial do aborto para dirigir-se à Itália e convencer as feministas locais, bem como o Partido Radical, já responsável, na época, pela aprovação do divórcio e agora tentando obter a legalização do aborto na Itália, a aceitar dinheiro americano para o estabelecimento de uma rede de clínicas clandestinas de aborto no país. Na verdade estas fundações, diz Kissling, tinham pessoas que viajavam em todo o mundo tentando convencer médicos locais a receber dinheiro para que abrissem clínicas ilegais de aborto. Kissling afirma que as feministas, em conjunto com o Partido Radical, já eram responsáveis por algumas clínicas clandestinas italianas, mas as Fundações americanas estavam dispostas a financiar muito mais.

3. FINANCIAMENTO DO ABORTO NOS ESTADOS UNIDOS.

A IPPF (International Planned Parenthood Federation), é uma organização multinacional, fundada em Londres por movimentos feministas, na década de 50, para promover o aborto em todo o mundo. Hoje a filial americana da IPPF é proprietária de uma rede que abarca 20% de todas as clínicas de aborto nos Estados Unidos e é a maior provedora de abortos na América do Norte. Mas até a total legalização do aborto nos Estados Unidos, ocorrida em 1973, quando a decisão Roe x Wade da Suprema Corte de Justiça legalizou o aborto até os nove meses em todo o território americano, a IPPF apenas trabalhava pela legalização da prática e não queria entrar diretamente no negócio das clínicas, para não ser estigmatizada. Kissling afirma que foram as fundações que obrigaram a IPPF a entrarem diretamente no negócio da fundação e gerenciamento do próprio aborto, tornando-se a maior provedora de abortos na América e do mundo.

4. FINANCIAMENTO DO ABORTO ILEGAL NO MUNDO EM DESENVOLVIMENTO.

O IPAS é uma organização internacional, fundada em meados dos anos 70 pelos primeiros diretores do programa de controle populacional da USAID (United States Agency for International Development). Possui sua sede central na Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Atualmente, com a conivência das autoridades da saúde brasileiras, ministra cursos de técnicas de aborto a mais de mil novos médicos por ano no Brasil. A desculpa é que os cursos são para capacitar os médicos a realizarem abortos em casos de estupro, mas a verdade é que a instituição quer formar quadros para abortos em qualquer circunstância. Em janeiro de 2007 foi ministrado pelo IPAS um curso de técnicas

de abortos em Manaus, na Maternidade Ana Braga. Em fevereiro de 2007 no Rio de Janeiro, no Hospital Fernando de Magalhães no bairro de São Cristóvão, novamente Manaus na Maternidade Moura Tapajós, na Santa Casa de Sobral no Ceará, em Palmas no Tocantins, em São Paulo, no Hospital da UNIC em Cuiabá, e dois em Goiânia, um deles na Santa Casa de Goiânia. Em Março de 2007 foi dado um curso de técnicas de aborto no Hospital Universitário de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Em abril de 2007 estão previstos mais dois cursos no Instituto de Perinatologia da Bahia em Salvador. E em Maio de 2007 está previsto outro na própria Secretaria Estadual da Saúde em Boa Vista, Roraima.

<http://www.ipas.org.br/agenda.html>

Mas nos anos 70 o IPAS era apenas um instituto norte americano de aconselhamento para a gravidez e, embora já promovesse a prática do aborto, tal como a IPPF, também o IPAS não queria entrar no negócio da fundação e gerenciamento de clínicas.

Segundo Kissling, as mesmas fundações que obrigaram a IPPF a fundarem e gerenciarem redes de clínicas de aborto nos Estados Unidos, naquela mesma época obrigaram também o IPAS a fazer o mesmo nos países em desenvolvimento, onde o aborto é ilegal. Como Kissling tinha experiência anterior no gerenciamento de clínicas de aborto e já havia feito um trabalho na Itália junto ao Partido Radical como representante das fundações que promovem a prática, ela foi a escolhida para implantar as primeiras clínicas de aborto do IPAS fora dos Estados Unidos. Com o financiamento das Fundações, mas trabalhando para o IPAS, Kissling conta como venceu a resistência dos médicos austríacos e abriu a primeira clínica de abortos na Áustria, onde o aborto já estava legalizado, mas nenhum médico ousava abrir o primeiro serviço. Em seguida ela conta como dirigiu-se para o México, onde conseguiu abrir para o IPAS uma clínica de aborto ilegal na capital deste país.

Não é a primeira vez que os promotores da legalização do aborto afirmam estarem mancomunados com a promoção do aborto clandestino. Em abril de 2005 a senadora uruguaia feminista Margarita Percovich, membro do Fórum de Gênero das Américas, concedeu uma entrevista ao jornal Página 12 da Argentina, em que resenhou as estratégias e os sucessos do movimento a favor do aborto no Uruguai e enumerou entre as conquistas de 2004 a derrubada da onda de fechamentos por parte da polícia das clínicas de aborto clandestino. Tomado de surpresa pela declaração e, não conseguindo entender se havia ouvido corretamente, o repórter perguntou à senadora:

"Excelência, ao que a Sra. está se referindo?"

E a senadora respondeu:

"O Uruguai sempre se virou bem com o aborto. As mulheres não sabiam usar anticoncepcionais, mas faziam os abortos nas clínicas e não havia problemas. Isto foi até os anos 90, quando a coisa se endureceu. Setores conservadores dentro da Igreja e um arcebispo italiano recém nomeado se meteram no Ministério da Saúde e fizeram pressão sobre o Ministério do Interior. Então começou a perseguição aos lugares onde se faziam abortos. Mas [no ano passado] conseguimos acabar com isso".

<http://www.chasque.net/frontpage/aborto/2005/01noti001.htm>

5. COMO AS FUNDAÇÕES DECIDEM AS POLÍTICAS A SEREM SEGUIDAS PELOS PROVIDORES DE ABORTO.

O papel decisivo das Fundações que não aparecem ostensivamente fica evidenciado mais adiante quando Kissling se vê envolvida no centro de uma disputa entre alguns sindicatos de provedores de aborto que haviam se formado nos Estados Unidos, cada um defendendo uma política diferente sobre o modo como deveria ser conduzido o negócio do aborto. É significativo que a decisão final não veio do consenso entre os próprios envolvidos no assunto, mas do fato que, em um determinado momento, as fundações, em particular John Rockefeller III, decidiram financiar pesadamente apenas um dos lados envolvidos, o qual acabou vencendo em poucos meses aos demais e contratando a própria Kissling para compor o quadro de seus dirigentes.

6. O VERDADEIRO OBJETIVO DAS FUNDAÇÕES.

Mais intrigante ainda são as inúmeras vezes em que, em suas mais de sete horas de depoimento, Kissling afirma desconfiar das verdadeiras intenções das entidades que apóiam e financiam o seu trabalho. Feminista e defensora convicta do aborto, Kissling quer que as mulheres tenham o direito de abortar porque são elas que devem decidir se devem ou não ter um filho. Mas ela estranha constantemente ao longo de todo o texto que, embora as Fundações não a contradigam e a apóiem, elas parecem mais interessadas em diminuir a população mundial do que em promover os direitos das mulheres e o próprio direito ao aborto. Kissling afirma que tudo isto é "*muito complicado*" e que ela própria não consegue entender o que realmente está acontecendo. Kissling narra que na Conferência sobre População, promovida pela ONU no Cairo em 1994, houve uma mudança de paradigma, quando ficou decidido que a ênfase das questões populacionais passaria do próprio problema populacional para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Mas ela própria, que participou da Conferência, passou a perguntar nos bastidores aos principais organizadores do evento:

"Se fosse provado que a promoção dos direitos reprodutivos tivesse como resultado um maior número de bebês, nós ainda continuaremos lutando por estes direitos?"

E é a própria Kissling que afirma em seguida:

"Eu perguntei isto para um mundo de pessoas [naquela Conferência], e a maioria não quis responder a estas perguntas quando eu as fiz".

Segundo Kissling, um dos dilemas de algumas feministas hoje é que elas não sabem se podem acreditar se realmente foi "*adotado um novo paradigma*", ou se o trabalho delas não está sendo usado apenas como mais uma estratégia disponível entre muitas para promover a redução populacional. M outras palavras, se, portanto, conforme conjectura Kissling,

"isso não é tudo parte de um discurso e parte de uma

estratégia para reduzir a população''.

Kissling conclui uma destas digressões com uma expressão que, sem dizer nada, não poderia explicar melhor como ela vê, ou não consegue ver claramente, a questão:

"É tudo muito complicado''.

7. O VERDADEIRO INTERESSE DAS FUNDAÇÕES EM PROMOVER O TRABALHO DAS CDDS.

No final dos anos 70 e no início dos anos 80, Kissling tornou-se presidente das Católicas pelo Direito de Decidir, uma organização que até aquele momento existia quase que apenas nominalmente. Aqui outra vez pode-se perceber a onipresença das Fundações que se dedicam ao financiamento do aborto.

Nas palavras de Kissling, as Católicas pelo Direito de Decidir eram a menor entre as organizações então existentes destinadas à promoção do aborto, mas já contavam com um orçamento anual de um quarto de milhão de dólares, obtido inicialmente junto às mesmas Fundações que haviam financiado, alguns anos antes, a entrada da IPPF e do IPAS no mundo da rede das clínicas de aborto e com as quais ela já havia trabalhado.

Mas foi apenas quando as Católicas receberam uma doação simbólica de 20 mil dólares da Fundação Ford que a organização decolou. A doação era insignificante, mas, no dizer de Kissling,

"isto representou um ponto de virada, isto é, o fato de ter recebido uma doação da Fundação Ford. Isto significava que tínhamos sido finalmente admitidas naquele [outro] mundo''.

Segundo uma reportagem publicada pelo New York Times em 27 de fevereiro de 2007,

"hoje o orçamento [anual] das Católicas pelo Direito de Decidir [apenas a seção norte americana] é de três milhões de dólares, amplamente financiado por Fundações bem conhecidas, entre as quais a Fundação Ford''.

[Backing abortion rights while keeping the faith:
http://www.nytimes.com/2007/02/27/us/27choice.html?pagewanted=2&_r=1].

A filial mexicana das Católicas pelo Direito de Decidir conta com um orçamento de um milhão de dólares anuais, e a filial brasileira, a maior depois da mexicana, fundada nos anos 90 com a ajuda da Fundação MacArthur, está bem próxima disto.

Por que tanto interesse em promover esta organização? Kissling em sua entrevista não conta o que aconteceu depois do ponto de virada em que entraram para o outro mundo cuja porta de entrada foi a doação da Fundação Ford.

Entre os empreendimentos das Católicas nos anos seguintes estiveram a organização iniciada em 1999 de uma campanha mundial chamada "*See Change*" ("*Sé Mude*") para destruir a influência da Santa Sé no debate relacionado com o aborto dentro da ONU, exigindo que as Nações Unidas deixassem de reconhecer o Vaticano como um estado independente e o rebaixasse ao status de uma simples organização não governamental, como as próprias CDDs. A campanha contou com o apoio de milhões de dólares provenientes da Ford Foundation, da Hewlett Foundation, da Packard Foundation, da Buffet Foundation, e outras. Terminou dois anos depois, quando, apesar de todo o dinheiro envolvido, a Assembléia Geral da ONU confirmou por unanimidade o status da Santa Sé.

<http://www.seechange.org/>

http://www.c-fam.org/index.php?option=com_content&task=view&id=549&Itemid=102

Atualmente as Católicas pelo Direito Decidir estão desenvolvendo, em parceria com o Centro de Defesa dos Direitos Reprodutivos de Nova York e com a Rede da União Européia de Peritos em Direitos Fundamentais, um trabalho de pressão sobre a União Européia, que tem como objetivo a revogação das várias concordatas entre os países membros europeus e a Santa Sé, e também extinguir, na União Européia, o direito à objeção de consciência por parte dos médicos que alegam motivos éticos para se recusarem a realizar abortos. O Centro de Defesa de Direitos Humanos de Nova York, que trabalha em parceria com as CDDs, é uma das muitas outras organizações que tem o apoio financeiro das mesmas Fundações que sustentam o trabalho de Kissling. Segundo as denúncias feitas recentemente por Alberto Monteiro, foi o Centro de Defesa de Direitos Humanos de Nova York a organização que orquestrou cinco anos atrás a legalização do aborto no Nepal, conforme pode ser lido à página 28 do seguinte relatório:

http://www.reproductiverights.org/pdf/pdf_CRRannual2002.pdf

O Centro foi também quem orquestrou, no ano passado, a legalização do aborto na Colômbia:

<http://www.hazteoir.org/documentos/InformeAbortoIberoamericaDiciembre2006.pdf>

e agora está treinando uma equipe de 15 advogados, em parceria com a Federação Polonesa de Mulheres e a Universidade de Varsóvia, para derrubar a posição a favor da vida do governo polonês junto à Corte Européia de Direitos Humanos:

http://www.crlp.org/ww_eu_poland.html

Mas se Kissling não revela a história do que aconteceu depois de sua entrada no outro mundo pós reconhecimento da Fundação Ford, o interesse que está por trás do apoio milionário a este tipo de iniciativa está claramente delineado na sua entrevista. O problema não é diretamente com a Igreja Católica. O problema é a questão da implantação do aborto em todo o mundo de uma forma irreversível.

Segundo Kissling, a grande idéia por trás de seu trabalho, que granjeou o apoio de tantas fundações, consiste no reconhecimento de que enquanto os movimentos se limitarem apenas a legalizarem o aborto, nenhuma conquista legal poderá ser definitiva. O direito ao aborto somente será definitiva e irreversivelmente estabelecido entre as mulheres quando, mais do que a legislação, puder

ser derrubada a própria moralidade do aborto, e nisto a Igreja Católica não passa apenas de um alvo instrumental.

"A moral católica é a mais desenvolvida",

diz Kissling.

"Se você puder derrubá-la, derrubará por consequência todas as outras".

Nas palavras de Kissling:

"As pessoas neste país questionaram a legalidade do aborto, mas de tal maneira que não questionaram o tema da moralidade. A incapacidade de tratar esta questão no nível moral é uma grave ameaça para o sucesso a longo prazo do movimento a favor do aborto. Você nunca realmente irá vencer definitivamente se a questão da moralidade for levantada [tal como ela é apresentada hoje]. Se nós, como movimento, tivermos que tratar de moralidade na questão do aborto, nós perderemos, porque o discurso moral é controlado pelos homens e pela religião, e é construído contra as mulheres. O argumento dos bispos diz que o aborto é um assassinato, que abortar é matar e que a vida começa na concepção. Mas é esta perspectiva católica o lugar certo onde começar o trabalho, porque a posição católica é a mais desenvolvida. Assim, se você puder refutar a posição católica, você refutou todas as demais. Nenhum dos outros grupos religiosos realmente têm declarações tão bem definidas sobre a personalidade, quando a vida começa, fetos e etc. Assim, se você derrubar a posição católica, você ganha".

8. A EXPANSÃO DAS CDDs NA AMÉRICA LATINA E A INTRODUÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA ONU.

Na última parte de seu depoimento Kissling explica como o movimento expandiu-se mundialmente. Embora se auto-denominem católicas, decidiram iniciar sua expansão por toda a América Latina através do Uruguai, por ser

"um excelente ponto de partida",

já que

"é o país menos católico em toda a América Latina, um estado moderno fundado pela maçonaria e que por isso mesmo nunca teve laços profundos com a Igreja. Ali, portanto, não havia barreiras para o nosso trabalho, pois os bispos não tinham tanto poder como em outros países".

Mas esta expansão internacional, afirma Kissling, não teria sido possível sem o apoio financeiro da Fundação Ford. Foi a Fundação Ford, *"a nossa principal ajuda"*, continua Kissling, quem, na pessoa do Dr. José Barzelatto, um médico chileno que na época era o diretor do programa populacional da Fundação Ford, quem compreendeu todo o enorme potencial da organização para a operacionalização dos novos objetivos populacionais da Fundação. Ademais, as CDDs podiam implantar grupos fortes no Brasil, no México, coordenados por um escritório central no Uruguai.

José Barzelatto foi o autor do famoso relatório intitulado *"Saúde Reprodutiva: uma Estratégia para os anos 90"*, que reorientou completamente todo o trabalho em que a Fundação Ford estava profundamente envolvida, desde os anos 60, no sentido de controlar o crescimento populacional mundial. O relatório descrevia os passos necessários para fundamentar uma estratégia inteiramente nova, que incluiria a promoção do aborto, através do conceito dos direitos sexuais e reprodutivos. Nos primeiros dez anos que se seguiram à publicação deste relatório a Fundação gastou, para sua implementação, cento e vinte e cinco milhões de dólares, utilizados para criar e financiar organizações feministas em todo o mundo para promoverem os direitos sexuais e reprodutivos que, segundo a Fundação, não poderiam omitir-se em incluir o direito ao aborto. Foi o dinheiro da Fundação Ford que possibilitou a IWHC [International Women Health Coalition] coordenar a invasão, que se verificou ao longo da década de 90, das organizações feministas dentro da ONU. Isto começou a dar-se, de um modo sistemático, a partir da Conferência Populacional realizada no Cairo em 1994, o evento que criou o conceito de direitos sexuais e reprodutivos e a estratégia segundo a qual, conforme afirma o documento oficial aprovado pela Conferência, os serviços oferecidos pelos governos em saúde reprodutiva, incluindo o aborto, deveriam ser supervisionados e controlados pelas ONGs feministas. Estas, porém, por sua vez, - e isto o documento aprovado não menciona -, seriam mantidas e financiadas pelas grandes fundações internacionais que promovem o controle populacional e o aborto, entre as quais estão a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller e muitas outras.

A Fundação Ford decidiu tornar público o relatório de 1990 sobre saúde reprodutiva para atrair novas fundações ao financiamento da nova estratégia. Foi assim que, dentre outras, a Fundação MacArthur decidiu, ao longo dos anos 90, investir mais 36 milhões de dólares no Brasil para promover a legalização do aborto no país através da criação de uma rede de serviços de abortos em casos de estupro, cujo conceito deveria ser progressivamente ampliado até que se pudesse criar um ambiente político propício para a legalização total do aborto e com isto produzir um efeito dominó sobre toda a América Latina. Dentro do programa traçado pela Fundação MacArthur para o Brasil estava a criação da rede local das Católicas pelo Direito de Decidir, com sede em São Paulo.

Francis Kissling, que não entra nestes detalhes, afirma, todavia, no final de seu depoimento, que

"o papel decisivo que a Fundação Ford e a Fundação MacArthur representaram neste momento para mudar quem estaria na mesa é uma parte do quadro mais amplo dentro do qual as Católicas pelo Direito de Decidir estão inseridas. Antes disso os grupos feministas nunca tinham tido a oportunidade de senterem-se à mesa. Ademais, elas também não tinham dinheiro. A Fundação Ford e a Fundação MacArthur começaram a fazer investimentos substanciais em grupos feministas internacionais ligadas à saúde e aos direitos reprodutivos. Foi desta maneira que nos tornamos internacionais, e as Católicas pelo Direito de Decidir foi uma das partes beneficiárias desta grande controvérsia, no sentido em que nos tornaríamos

parte desta força que iria lutar por uma mudança de paradigma. Na verdade, nós nos tornamos uma parte deste novo paradigma. Agora nós, as mulheres, existíamos e todos os integrantes daquele amplo movimento de mulheres se profissionalizou e podia tomar seu lugar junto à mesa".

Estas palavras mostram claramente que tais organizações não representam nem a Igreja Católica, nem tampouco as próprias mulheres, mas sim os interesses das grandes Fundações que desenvolveram, através da instrumentalização da mulher, uma nova estratégia de controle da explosão populacional, centralizada no conceito dos direitos reprodutivos e operacionalizado pelas organizações feministas. O novo paradigma está descrito claramente no relatório de 1990 da Fundação Ford, que Kissling jamais cita, mas do qual afirma fazer parte. Neste relatório a Fundação sustenta que o simples fornecimento de serviços de planejamento familiar, incluindo o aborto, somente poderia ser responsabilizado por cerca de 40% do declínio populacional que se pretendia alcançar. Sem utilizar o novo conceito de direitos sexuais e reprodutivos, centralizado nas mulheres, qualquer programa populacional baseado apenas na oferta de serviços de planejamento familiar estaria destinado a atingir um patamar em que o crescimento populacional continuaria a manter-se elevado. Os restantes 60% somente poderiam ser alcançados através de mudanças radicais tanto na estrutura da sociedade como nos esquemas conceituais éticos e legislativos, que deveriam passar a motivar os casais a não mais querer ter filhos e utilizar para isto os serviços de planejamento familiar e aborto. Este novo paradigma, evidentemente, não poderia mais ser planejado por autoridades da área da saúde, mas por cientistas sociais, e não poderia ser operacionalizado a partir dos próprios serviços médicos, mas por organizações feministas. Para isto a Fundação, além de trabalhar para atrair novos doadores para a causa, passaria a destinar metade de seu orçamento para programas populacionais à pesquisa básica em ciência social, dividindo o restante entre a fundação e o financiamento de uma rede mundial organizações feministas e a criação de eventos que pudessem provocar, nos países em desenvolvimento, a discussão pública que levaria à elaboração de *"novos esquemas conceituais éticos e legislativos"*. É dentro deste contexto que, conforme afirma Kissling,

"nós nos tornamos uma parte deste novo paradigma".

Com isto terminamos a apresentação e passamos a ouvir a própria Kissling.

9. RESENHA DA ENTREVISTA CONCEDIDA EM SETEMBRO DE 2002 POR FRANCES KISSLING.

- Meu nome é Frances Kissling. Nasci na cidade de Nova York em 1943.

Minha mãe foi uma mulher que casou-se, divorciou-se, casou-se novamente e divorciou-se uma segunda vez.

Uma coisa que eu penso ser importante em termos do trabalho que hoje realizo é que minha mãe nunca deveria ter tido filhos. Minha mãe no fundo nunca quis nenhum de seus filhos. Ela teria sido muito mais feliz, teria tido uma vida muito melhor se ela não tivesse ficado grávida de mim e continuado sua gravidez.

Lembro-me que recentemente, um par de anos atrás, fiz uma apresentação no Boston College. A apresentação foi iniciativa do ministério da Igreja Cristã Evangélica no Colégio de Boston, pois Ministério Católico jamais teria me convidado. Uma estudante veio falar comigo depois da palestra e disse: *"Você realmente deveria refletir o quanto deveria agradecer à sua mãe por tê-la deixado nascer e não ter feito um aborto"*. E eu lhe respondi: *"Veja, quero contar algo para você. Minha mãe nunca deveria ter tido filhos. Num certo sentido ela teve uma vida miserável porque ela teve filhos. E eu estaria contente em não ter nascido para que minha mãe pudesse ter tido uma vida melhor. Para mim isso teria sido OK. A questão toda é que como feto você não é nada. Você não pode ter esta consciência reflexa de sua própria vida. É como adulto que você pode refletir sobre isto e tomar decisões. Neste sentido teria sido OK não ter vindo a este mundo. Teria sido tudo certo. E se teria sido bom para a minha mãe, teria sido OK"*.

- Quais foram seus momentos decisivos que fizeram com que você quisesse continuar como uma jovem católica?

- Eu penso que em grande parte isto se deveu aos relacionamentos extremamente positivos que eu tive com as freiras nas escolas. Eu era muito amiga de um grande número delas. Elas eram ótimas.

- O que aconteceu para você ter querido se tornar uma freira quando tinha dezesseis ou dezessete anos?

- Nós éramos ensinadas que havia três estados de vida. O estado mais alto era a vida religiosa, o segundo mais alto depois deste era o casamento, e o terceiro era a vida de solteiro. Foi uma questão de hierarquia. Você sabe, eu sempre quis ficar no topo da hierarquia. Eu nunca me interessei em permanecer na parte de baixo da hierarquia. E se no meu meio social e nos quadros que me eram apresentados o mais alto era ser uma freira, então eu queria o mais alto do que eu conhecia.

- Mas você estudou na Universidade de St. John durante um ano antes de ter entrado no convento. O que estudou ali?

- Literatura inglesa. A mesma coisa que tinha estudado na Escola Nova.

- OK. Fale-me sobre o seu tempo de convento.

- Foi no tempo anterior ao Concílio Vaticano II. Não foi uma época infeliz. Não foi nenhuma experiência desastrosa. Foi tudo absolutamente normal. Não vi nada da multidão de coisas de que hoje falam sobre esta era. Você, por exemplo, tomava banho sem roupa. Sim, é isso mesmo. Não tinha essa de que você tinha que ir para debaixo do chuveiro usando as roupas de baixo. Quase tudo no convento era razoavelmente normal, exceto o fato de que você tinha que usar roupas muito compridas e um véu sobre a cabeça.

- Há mais alguma coisa de seu tempo de convento sobre que teríamos que falar? Você não quer dizer o que as freiras falavam sobre sexo?

- As freiras não falavam nada sobre sexo. Nada mesmo. Nós nunca falávamos sobre isso. Nem mesmo nas aulas sobre saúde. Aliás, acho que nem tínhamos aulas sobre saúde. Nunca vi diagramas

mostrando úteros nem nada destas coisas. Estas coisas não existiam. O que mais parecia com isso eram aulas de economia doméstica. Mas tenho uma memória zero de uma única discussão real sobre sexualidade. Não havia nenhuma expectativa de que fossemos sexuais. Não havia razão para falar de sexo. Você sabia o que era adultério. Você sabia o que era luxúria. Você sabia que todos esperavam que ninguém tivesse sexo antes do casamento. E não havia realmente mais nada, nada, nada para se falar sobre sexo. Não havia pílulas anticoncepcionais. Acho que quando estava terminando o colegial eu ainda nem sabia o que era um aborto.

- OK. Como foi então que você decidiu abandonar o convento?

- Sai porque eu não acreditava. Lembro-me que tive algumas conversas com outras irmãs e outras postulantes sobre controle de natalidade, divórcio e segundo casamento. E eu não acreditava no que a Igreja ensinava sobre estas coisas. A idéia de ser uma representante da Igreja institucional ao mesmo tempo em que discordava destas posições não fazia sentido para mim. Eu não concordava com os ensinamentos da Igreja. Na verdade, eu nunca tinha concordado com os ensinamentos da Igreja, mas eu não pensei que isso fosse uma coisa importante até que eu me vi em uma posição onde os ensinamentos da Igreja iriam ser a minha vida. E assim, quando eu deixei o convento eu parei de ir à Igreja. Você pode dizer que a partir deste ponto eu não era mais uma católica ativa. Mas eu mesma particularmente não me considerava mais ser uma católica.

- Você se tornou sem religião a partir daquele momento?

- Sim, exatamente. Mas novamente, pensando de uma certa maneira, eu nunca havia sido uma pessoa piedosa. O meu catolicismo nunca se baseou em ir à missa, rezar o rosário, etc. Não era isso para mim o que significava ser católica. O catolicismo para mim sempre foi mais filosofia do que teologia. Assim, eu deixei a Igreja e fiquei sem religião. E não tive nenhuma raiva. Quero dizer, eu não me senti bem, mas não acho que a Igreja fêz nunca nada de terrível para mim. Na verdade, eu sempre senti e ainda sinto que a Igreja desempenhou um papel muito importante e positivo na pessoa que hoje eu sou. Eu sei que eu tive uma boa educação católica. Meus professores me trataram sempre com carinho. Minha educação foi individualizada. Meus talentos sempre foram reconhecidos e estimulados. Tudo isto foi uma base espiritual e intelectual razoavelmente rica. Mas o problema é que eles estavam errados. Isto é o tipo de coisa do modo como eu a sinto. Sempre repito em minhas palestras que o maravilhoso da Igreja Católica, e também da maioria das religiões, é que elas colocam as grandes questões. Mas dão respostas intoleráveis. Esta é a realidade. Mas eu sinto alegria ao perceber que elas colocam as questões que ninguém mais irá levantar.

Quando saí do convento, não pensei mais sobre o que gostaria de ser. Eu ia ser uma freira. E agora eu não ia ser uma freira. Eu sempre soube que nunca quis casar-me. E eu tenho certeza que isto teve muito a ver com os casamentos de minha mãe. Eu também nunca quis ter filhos. Nisto eu sou como minha mãe, exceto pelo fato de que eu consegui o que ela deveria ter tido. Conversei sobre isso com a minha mãe antes dela morrer. Eu perguntei se ela lembrava de algum período de minha vida em que eu pudesse mostrar algum interesse no casamento, se ela se lembrava, quando eu era criança, nas minhas brincadeiras, se fazia parte das minhas brincadeiras ter um marido ou ter filhos? E ela me respondeu: "*Não, isso nunca existiu*".

- Quando você ouviu falar pela primeira vez dos movimentos das mulheres?

- Eu nunca fiz parte de nenhum grupo feminista. Eu nunca participei de um grupo de conscientização de qualquer coisa. Eu sabia que havia um movimento feminista. Mas eu sempre me senti poderosa por mim mesma. Quero dizer, um aspecto de minha vida, não gosto muito de usar a palavra poderosa, mas eu sempre senti o poder. Eu sempre senti que era eu que estava de posse de minha vida. Eu estava no poder. Eu nunca fui o instrumento de ninguém. Tive namorados e homens com quem me envolvi. Mas não era nada terrivelmente importante. A maioria de meus primeiros relacionamentos eu não diria que foram sérios ou importantes para mim. Foram mais relacionamentos sexuais do que relações de comprometimento. Por isso nunca precisei me sentir necessitada de libertação. Isso nunca foi um aspecto de minha identidade. Em um certo sentido, eu me tornei parte do movimento pelo direito ao aborto antes que tivesse me tornado parte do movimento pelos direitos da mulher.

E isso foi, novamente, uma coisa acidental. Eu estava morando com um homem. Tínhamos alugado uma casa de verão. Eram os anos de 1969 e 1970. As pessoas de quem alugamos a casa de verão, uma delas era médico. Ele conhecia alguns médicos do Hospital Albert Einstein que estavam abrindo uma clínica de aborto. O aborto se tornou legal no estado de Nova York em julho de 1970. [O aborto não era ainda legal no restante dos Estados Unidos. Graças ao então governador de Nova York, Nelson Rockefeller, o aborto tinha sido legalizado durante os dois primeiros trimestres da gravidez no nosso estado. Não era necessário justificar razões médicas, psicológicas ou econômicas para conseguir, bastava o pedido da mulher. A paciente, além disso, não era obrigada a residir em Nova York para conseguir o aborto]. Os médicos do Albert Einstein estavam procurando alguém que gerenciasse a clínica e pensaram que eu seria boa nisto. O meu senhorio me apresentou aos médicos e eles me contrataram para dirigir a clínica.

Isto foi em 1970, no fim de 1970, na cidade de Nova York, na primeira onda de clínicas de aborto que foram abertas naquela época. Tudo o que estas clínicas faziam era aborto. Quem quer que ali estivesse, só se fazia aborto. Eles ensinavam planejamento familiar depois do aborto, mas ninguém se dirigia àquelas clínicas como um paciente de planejamento familiar. Minha clínica era chamada de Pelham Medical Group em Westchester, New York. Mas a maioria destas clínicas foram fundadas por empresas com fins lucrativos gerenciadas por médicos homens. Foi assim que tudo começou. A Planned Parenthood, [filial americana da IPPF, hoje a maior rede de clínicas de aborto dos Estados Unidos], não quis abrir nenhuma clínica em Nova York. A Planned Parenthood nunca estiveram na vanguarda dos serviços de aborto nos Estados Unidos, nem na Califórnia, nem em Nova York, no Colorado, no Havaí. Eles só começaram tardiamente. Mesmo depois que o aborto se tornou legal em todos os Estados Unidos em 1973, foi muito difícil conseguir que a Planned Parenthood abrisse uma única clínica de aborto. Eles não queriam ser estigmatizados. Hoje a maioria das clínicas de aborto não tem o volume impressionante de trabalho que tínhamos naquela época. Quando o aborto se tornou legal em meados de 1970 em Nova York, a cidade virou um zoológico. Nova York era um zoológico. Você podia ver mais de uma centena de mulheres esperando para abortar em uma clínica pequena em um dia de sábado. Nenhum médico chegou a trabalhar em período integral, mas havia uma multidão de médicos. Um médico podia trabalhar nisto dois dias por semana, dezesseis horas. Mas as equipes eram full time. Durante os primeiros três anos as mulheres vinham para Nova York de todo o país. As mulheres desciam no aeroporto de La Guardia. Havia um perfeito clima de Oeste Selvagem nos novos procedimentos que haviam sido legalizados. As mulheres chegavam de estados onde o aborto era ilegal. No que lhes dizia respeito, tratava-se de uma coisa ilegal. A mentalidade era da clandestinidade mesmo se a coisa já era legal. Os motoristas de táxi raptavam a pacientes que haviam marcado hora com você e as levavam para outras clínicas onde os donos pagavam para os motoristas por cada cliente

que eles traziam. As clínicas foram obrigadas a contratar furgões e limusines para pegarem elas mesmas os pacientes no aeroporto para que as pacientes não fossem seqüestradas. Você também via outras mulheres, mulheres jovens, junto com os seus namorados, que chegavam ao estacionamento às seis da manhã depois de terem dirigido do Kentucky, sem terem dormido à noite, assustadas, não sabendo o que iria acontecer, esperando que a clínica abrisse. Para elas tinha sido a Noite dos Mortos Vivos. Pela primeira vez elas podiam ir a um lugar e conseguir um aborto que fosse legal e estivesse tudo correto. Mas por outro lado, tudo tinha todas as características de uma atividade ilegal. Você sabia que era legal, mas ainda era, em termos de mentalidade, uma coisa ilegal. Porque naquele único lugar era legal, mas em toda a volta, na cabeça de todo o mundo, o mundo, tudo, a questão era resumida em procurar um aborteiro ilegal. Você sentia este clima.

- Quanto tempo você pensou sobre a questão do aborto antes de ser contratada para a clínica?

- Não muito. Eu nunca fiquei grávida. Nunca tive uma experiência pessoal sobre o aborto. Em toda a minha vida só fiz sexo inseguro duas vezes em muitos anos em que eu poderia ter ficado grávida, desde a minha primeira relação sexual até que me esterilizei aos trinta e três anos. Não tive um só momento de indecisão quando me pediram que administrasse a clínica. O que eu pensei foi: "*Oh, eu posso fazer isso*". Para mim esta foi a primeira experiência de um emprego que tivesse algum significado. Eu estava em uma posição na qual eu poderia fazer algo de bom e algo que percebia que era política, cultural e socialmente importante. E eu seria paga para isso. E eu também era o chefe. Tudo isso soava grandioso, e eu não podia pensar em nada melhor.

Três anos mais tarde, quando foi aprovada a decisão Roe x Wade, que legalizou o aborto em todos os Estados Unidos, eu estava trabalhando na clínica. Nesta altura, toda a minha família já estava envolvida com a clínica. Meu irmão era o motorista do furgão que recebia as mulheres. Minha mãe era a chefe das telefonistas. Minha irmã mais jovem era conselheira telefônica.

- Que impacto a decisão Roe v. Wade teve no seu trabalho?

- Eu trabalhei na clínica Pelham por aproximadamente dois anos quando me tornei a diretora executiva de um lugar chamado Eastern Women's Center, que era uma outra clínica de aborto em Manhattan. E eu estava trabalhando no Eastern Women's Center quando o aborto se tornou legal em todos os Estados Unidos. Eu deixei esta outra clínica no final de 1973, ou no início de 1974. Assim, não pude sentir muito o impacto.

- OK, para onde você foi no final de 1973?

- Saí de férias por um ano. Fui para o Sudeste Asiático com o meu companheiro. Moramos em Panang e viajamos através do Sudeste Asiático por um ano. Foi uma grande experiência. Depois voltamos e quando chegamos fomos contactados pelo IPAS, que naquela época era conhecido como International Pregnancy Advisory Services (Serviço Internacional de Aconselhamento da Gravidez). Passei a trabalhar para o IPAS.

O problema era que quando o aborto se tornou legal em 1973, a família Scaife de Pittsburgh, no caso, a Sra. Cordelia Scaife May, doou um milhão de dólares à Planned Parenthood para que ela começasse a abrir clínicas de aborto em todo o país. Foi esta a maneira que uma parte da Planned Parenthood encontrou para quebrar a resistência da outra parte que não queria entrar no negócio de

abrir clínicas de abortos. E, no ano seguinte, mais um milhão de dólares foi doado ao IPAS para que o IPAS começasse a fazer o mesmo serviço principalmente nos países em vias de desenvolvimento. Don Collins fazia parte do esquema. Ele era o responsável por este programa na Fundação Scaife naquela época. Estas pessoas nos contrataram. Eles eram pioneiros independentes, como Lone Rangers, viajando em todo o mundo tentando convencer as pessoas a receberem o dinheiro deles para abrirem clínicas ilegais de abortos. E alguém me recomendou para que me contratassem para trabalhar com eles. Fui contratada, primeiro como consultora, para trabalhar junto ao Partido Radical e ao movimento feminista na Itália.

Naquela época o aborto ainda não era legal na Itália e as mulheres estavam indo para a Iugoslávia para conseguirem um aborto. Havia também uma série de clínicas clandestinas, ilegais, de aborto, que eram administradas pelo movimento feminista e, de uma certa forma, por extensão, junto com o Partido Radical. O Partido Radical foi o partido responsável pela reforma do divórcio e pelo referendo que legalizou o divórcio. E eles foram também o partido que estava patrocinando o referendo de 1975 sobre o aborto legal na Itália. Os homens que me contrataram acharam que, por eu ser uma feminista e por ser uma radical, talvez eu poderia convencer os italianos a aceitarem o nosso dinheiro. Esta foi a primeira vez que eu me vi frente a frente com o lado do problema populacional dentro da questão do aborto. Eu não sabia nada sobre as pessoas interessadas no controle populacional e os interesses internacionais escondidos atrás da questão do controle populacional e nada sobre tudo isso. Eu só conhecia o direito ao aborto.

No fim o Partido Radical decidiu que eles não iriam ficar com o dinheiro americano, porque era uma coisa potencialmente muito problemática. Eles achavam que eles "*sabiam*" que nós éramos todos da CIA. E mesmo que nós não fôssemos, como nos disseram, eles seriam acusados de qualquer maneira de terem recebido dinheiro da CIA, e assim era melhor que eles não ficassem com o dinheiro.

O IPAS em seguida me pediu para ir à Tunísia e ver o que estava acontecendo por ali em termos de aborto. Eles me mandaram também para a Nigéria, e ali passei os que foram os três piores dias de toda a minha vida.

O trabalho seguinte que eu fiz para o IPAS foi abrir uma clínica de abortos na Áustria. Eu não sei se as pessoas que estão hoje no IPAS conhecem mais esta história de sua própria organização, porque todos os que estavam ali nesta época já saíram, morreram ou se aposentaram. O aborto foi legalizado na Áustria em 1976. O IPAS queria abrir uma clínica na Áustria de que ela já era proprietária e que poderia usar como fonte de renda para o trabalho nos países subdesenvolvidos. Eles fizeram primeiro uma parceria com a Marie Stopes da Inglaterra, que já estava abrindo clínicas em todo o mundo, e isto sob a perspectiva do problema do controle populacional. Assim a Marie Stopes da Inglaterra e a IPAS norte americana tentaram abrir juntos uma clínica na Áustria para que eles tivessem uma fonte de renda. Mas o funcionário que administrava a Marie Stopes não teve nenhum sucesso. Foi então que o IPAS me propôs: "*Por que você não tenta? Vá e veja se você pode fazê-lo*". Eu disse que aceitava e levei comigo um dos dois médicos que tinham sido donos da Clínica Pelham, que também era um excelente homem de negócios. Lá fomos nós juntos para a Áustria para ver se achávamos um médico com quem poderíamos abrir uma clínica de abortos. Lá chegando, encontramos o Dr. [Alfred] Rockenschaub. Era um social democrata, e o diretor da Semmelweis-Clinic, que era um grande, muito grande e prestigioso hospital austríaco. Ele nos explicou que não se faziam abortos na Áustria. Já era tudo legal, mas não havia nenhum serviço disponível. Lembro-me bem da conversa que tive com ele. Nós falamos: "*Ninguém está fazendo abortos na Áustria. O que está acontecendo aqui?*" Ele

respondeu: "***Bem, agora que tudo já é legal, ninguém quer encalhar o barco na rocha***". Foi assim que começamos a caçar os médicos nas salas de emergência dos pronto socorros e falando com os médicos nas salas de emergência. A teoria do Dr. Hachamovich, que era o médico que tinha vindo comigo da América, era a de que tínhamos que encontrar um médico afundado em problemas. Tínhamos que encontrar alguém que estivesse se divorciando, que precisasse de dinheiro, alguém que estivesse disposto a enfrentar riscos. E assim nós continuamos perguntando e perguntando até que finalmente encontramos alguém a quem pudemos contratar. Em seguida contratamos uma mulher nativa para administrar a clínica. E abrimos finalmente a primeira clínica de aborto legal na Áustria. Nós a abrimos, a administramos durante algum tempo, a mantivemos andando e então nos mudamos, deixando para o IPAS. Eu trabalhei com o IPAS durante um ano e meio fazendo este tipo de coisa. Durante este tempo eu fui também para o México onde ajudei o IPAS a abrir uma clínica, desta vez ilegal, no México. Isto foi entre 1975 e 1976.

- Desculpe parecer ingênua, mas como é que se abre uma clínica ilegal?

- Primeiro você tem que encontrar um médico que queira fazer os abortos. Isto é a primeira coisa, achar um médico. O caso é que o IPAS já tinha este médico esperando no México. Em seguida você aluga um lugar e começa a fazer os abortos.

- Mas o que é que impede o governo de fechar o estabelecimento?

- O que impediu o governo de fechar os provedores de aborto ilegal nos Estados Unidos antes de 1970? Suborno e falta de vontade política. Nunca houve uma vontade política real de parar os abortos clandestinos. Além disso a Igreja Católica não se preocupa que se façam abortos. O que eles não querem é que seja legal. Isto faz parte do pacote.

Enquanto eu estava trabalhando para o IPAS como consultora fui a uma Conferência em 1976 na Universidade do Tennessee em Knoxville. A Conferência era sobre o aborto. Era uma pequena conferência, talvez houvesse ali uma cem pessoas, cento e vinte pessoas. Um dos propósitos desta conferência era a de fundar uma associação de provedores de aborto. Em um certo sentido aquela conferência foi berço da National Association of Abortion Facilities [Associação Nacional dos Estabelecimentos de Aborto], NAAF. O impulso veio com muita força por parte dos provedores de aborto com fins lucrativos que nos últimos anos haviam entendido de forma crescente que estavam sendo considerados como cidadãos de segunda categoria, em um clima onde a Preterm e a Planned Parenthood eram considerados os bons meninos. Agora que finalmente estas organizações haviam começado também elas a fazer abortos, elas estariam fazendo isso por motivos altruístas e não em busca de lucro. Mas haveria também esta "***escória médica***" que haviam aberto clínicas para fazer aborto por dinheiro. E a Preterm e a Planned Parenthood supostamente não queriam ter nada a ver com esta gente. Mas esta gente achava que eram homens dignos a fazer coisas boas. E agora eles queriam sua própria associação profissional. Assim, eles estavam fundando a Associação Nacional dos Estabelecimentos de Aborto (NAAF). E eu estava ali e esta gente gostava de mim. E eles me disseram: "***Frances, você não gostaria de participar do Comitê Administrativo?***". E eu respondi: "***Com certeza, eu vou participar do Comitê Administrativo***". Foi deste modo que comecei. Rapidamente começou uma fortíssima pressão por parte da Planned Parenthood e dos outros provedores sem fins lucrativos querendo impor a posição de que a NAAF era uma péssima idéia: "***Esta gente tem a política errada e tudo o mais que há de errado, e nós não podemos deixar isto acontecer***". Eu trabalhei nesta época para fazer com que pudéssemos descobrir uma maneira de que todos pudéssemos sentar em torno da

mesma mesa, através de uma representação proporcional. As clínicas feministas teriam duas cadeiras e as grandes instituições sem fins lucrativos teriam muitas cadeiras e também as grandes instituições lucrativas, sem esquecer dos consultórios médicos.

Mas isto não funcionou. Em um certo sentido os provedores com fim lucrativo estavam com a razão, haviam sido eles que tinham tido a idéia. Eles não eram obrigados a dar a estas pessoas o que elas queriam. Fora com elas.

Assim a estratégia não funcionou e eu saí da NAAF. E todo mundo que não era parte da NAAF formou o que se veio a chamar-se de National Abortion Council [Conselho Nacional do Aborto], NAC. E eu me tornei a presidente do Conselho Nacional do Aborto.

O objetivo explícito do Conselho Nacional do Aborto era trazer de joelhos a Associação Nacional dos Estabelecimentos de Aborto. E foi o que de fato veio a acontecer depois de menos de seis meses de competição entre as duas organizações. A NAAF não cresceu mais, e o Conselho Nacional do Aborto teve acesso a muito mais dinheiro porque nós éramos os bons meninos que conhecíamos os grandes financiadores. John D. Rockefeller III financiou a NAC. Finalmente um comitê, um comitê de negociação, foi estabelecido. As duas organizações se fundiram na Federação Nacional do Aborto (National Abortion Federation) e eu fui novamente nomeada como a primeira diretora executiva.

Exerci o cargo por um ano e meio ou dois anos. Durante este período produzimos um guia do consumidor para pacientes em busca de um aborto e tínhamos um encontro profissional cada ano para treinamento, desenvolvimento e educação. Foi isto o que fizemos naqueles primeiros estágios.

Foi nesta época, no final de 1977, quando morreu Rosie Jimenez. [O movimento a favor da vida havia conseguido que o governo americano não oferecesse mais o aborto como um serviço de saúde pública gratuito através da Medicaid. Como conseqüência, a jovem imigrante mexicana Rosie Jimenez acabou morrendo em um aborto clandestino com uma curiosa por não ter podido pagar uma clínica particular]. E Ellen Frankfort, que era minha amiga e escritora feminista em Nova York me procurou para que eu a pudesse ajudar a escrever um livro a respeito. Ela me perguntou se eu poderia ajudá-la e eu lhe disse que sim.

Fizemos uma viagem até McAllen, o lugar onde Rosie havia morrido. A acusação do movimento feminista era a de que Rosie teria morrido por causa do corte de verbas para a Medicaid. Os relatórios oficiais diziam, porém, que ela não havia morrido por causa do corte de verbas da Medicaid. Ela havia morrido porque era uma jovem americana de origem mexicana, envergonhada por ter engravidado, e que por causa disso havia cruzado a fronteira para praticar um aborto no México com uma parteira. Nós fomos ao local e constatamos que toda a história estava contada errada. Não era isso o que tinha acontecido. Ela havia se dirigido ao próprio médico que na cidade de McAllen havia feito seus dois abortos anteriores, quando estes ainda eram cobertos pela Medicaid, mas que negou o terceiro porque a Medicaid já não pagava mais os abortos. E assim ela se dirigiu a uma parteira ilegal da própria McAllen, fez um aborto, infeccionou-se e morreu.

Depois de quatro anos de aborto legal e de direito constitucional nos Estados Unidos da América, estávamos diante de uma situação onde parecíamos ter retornado à realidade em que as mulheres pobres que não mais podiam utilizar-se da Medicaid, se elas morassem no estado errado, não mais teriam acesso ao aborto, enquanto que as mulheres ricas o continuariam tendo.

E eu sempre estive do lado, a maior parte das vezes sem nenhuma má vontade para com os demais, dos mais pobres. Como católica, devido à própria missão social da Igreja, sempre tive a noção de que os pobres deveriam ser a nossa primeira prioridade.

E agora eu era a diretora executiva de uma associação que fazia parte de um movimento que não compartilhava exatamente as estratégias que eu pensava que deveria fluir destes valores. Vou tentar explicar-me mais claramente.

Eu não acho que o movimento pelo direito ao aborto seja um movimento racista. Mas eu acho que o movimento pelo controle populacional é não só um movimento racista como também é um movimento classista e eugenista. Mas à medida em que eu mergulhava mais profundamente no estágio seguinte de meu trabalho, que veio a se tornar internacional, passei a perceber o quanto os problemas populacionais passaram a se tornar uma questão importante que não tinha tido lugar algum na primeira parte de minha carreira. Toda a primeira parte de minha carreira foi um comprometimento com o movimento pela saúde reprodutiva. Era um movimento da área da saúde. Era um movimento de direitos. Era um movimento da área da saúde que não tinha nada a ver com questões de controle populacional.

Assim, de qualquer forma, naquele momento eu decidi que deixaria a Federação Nacional do Aborto e iria trabalhar com Ellen no livro sobre a morte de Rosie. Nós escrevemos o livro. O livro foi um completo fracasso, como é o caso da maioria dos livros na América. Mas foi um livro muito bom. Sim, foi um livro excelente, mas não vendeu. Isto acontece. Bem, você sabe, houve também os que disseram que não vendeu porque a mensagem dos pobres não pega na América. Os americanos não se preocupam com os pobres, eles se preocupam com os seus direitos e suas crianças e seus filhos.

Logo depois que o livro ficou pronto surgiu uma mulher de nome Patricia McMahon, que em um certo sentido foi a segunda diretora executiva das Católicas pelo Direito de Decidir. Patricia McMahon era uma mulher irlandesa da classe trabalhadora. Esteve na Irlanda entre 1976 e 1977, e ficou abismada com o estado das mulheres irlandesas e da contracepção na Irlanda, e voltou para a América querendo fazer alguma coisa a respeito. Ela entrou em contato com a Fundação Ms e disse: "**Quero fazer algo a respeito**". E eles responderam: "**Existe aí um grupo chamado Católicas pelo Direito de Decidir. Por que não telefona para elas?**". Ela telefonou e falou com as Católicas. Não só, mas também convenceu-as a contratá-la como a primeira diretora executiva em tempo integral. Elas a contrataram, mas não tinham dinheiro. E mesmo assim Patrícia começou a construir uma forte diretoria. Foi assim que ela me encontrou e me perguntou se eu não queria fazer parte da diretoria das Católicas pelo Direito de Decidir.

Este foi o momento decisivo da minha vida. E a questão era, seria eu católica? Sou católica? Eu não ia à Igreja, eu não acreditava nos ensinamentos da Igreja sobre sexualidade, mulheres, reprodução, mas seria eu ainda assim uma católica? E assim começou uma batalha dentro de mim. Eu resolvi pensar a respeito.

Eu sempre senti que o movimento do direito ao aborto se ressentia de uma dimensão moral, que o trabalho nas clínicas consiste em ver a política do preto e branco, é legal ou não é legal. Não se discute se é certo ou errado, quando é certo e quando é errado.

Assim, de qualquer forma, fiquei muito interessada na proposta porque as Católicas pelo Direito de Decidir tinham um espaço onde as dimensões morais dos problemas poderiam ser exploradas. Eu também sempre acreditei que as mudanças sociais ocorrem na periferia, nas margens, nunca no centro. Do ponto de vista da estratégia política eu não acredito que se possam promover grandes mudanças sociais fazendo parte do establishment. Eu acho que se você quer realmente provocar uma mudança é muito melhor fazê-la a partir das margens do que se você tentar fazê-lo procurando ser popular no centro.

E assim eu resolvi que iria reentrar nos meios católicos, no mundo e na comunidade do catolicismo.

- Você não tinha permanecido fora da Igreja por quinze ou dezesseis anos?

- Isso mesmo, desde os anos 1963 ou 1964, até 1978 ou 1979, de que estamos falando agora.

E em primeiro lugar eu me considero, e muitas pessoas dizem o mesmo, eu sempre me considereei a mim mesma como uma pessoa espiritual. No que eu acredito? Eu posso dizer que eu acredito que esta vida tem um sentido. Eu estou aqui para fazer alguma coisa. Eu tenho uma obrigação de fazer alguma coisa. E isto é uma crença, porque a vida poderia ser totalmente sem sentido. Eu acredito, não por causa de qualquer motivo racional, que há um sentido além do sentido que eu dou à vida. Isto é um início. De um certo modo, isto é um ponto de partida. Quero dizer, se você acredita nisto, você passa a acreditar que há alguma coisa fora de cada um de nós como indivíduos. O que nos dá este significado? Se o significado não vem de dentro de mim, então ele vem de onde? Então este é um ponto de partida no caminho de reestabelecimento da fé a partir do início, em vez de ser a partir do Catecismo: existe um Deus, e o resto que você sabe. Mas eu acredito que no fim você volta ao Catecismo básico.

Em segundo lugar, trabalhei em outro ponto. Na medida em que trabalhei nas Católicas pelo Direito de Decidir, fiquei exposta à Igreja Católica de hoje, em contraposição à Igreja Católica anterior ao Vaticano II que conheci, e descobri que sou mais católica que a maioria dos católicos progressistas que pude conhecer.

- Certo. Convidaram você para fazer parte da diretoria das Católicas pelo Direito de Decidir. E como bem disse, sua decisão era que sim, você era uma católica. Mas eu queria que desenvolvesse aquela parte em que estava particularmente interessada em aceitar, isto é, porque o trabalho levava a sério as implicações morais do aborto.

- Correto. Eu penso que se olharmos historicamente para o movimento do direito ao aborto nos Estados Unidos sempre houve algum tipo de uma distinção nítida entre os aspectos legais e morais. E assim sendo o movimento pelo direito ao aborto concentrou-se muito na questão do direito, e nada na questão da moralidade.

Agora você sabe que isto mudou nos anos 80. Porém com certeza o estabelecimento de um movimento contra o aborto foi um fenômeno católico. Ele foi fundado pelos bispos católicos e concentrou-se muito na questão de que o aborto era imoral porque você estaria tirando a vida do feto.

Fora isso, se você pensar historicamente sobre a relação entre a mulher e a moralidade e olhar a questão através de uma lente feminista, a moralidade e os conceitos da moralidade sempre foram usados contra as mulheres. Portanto você nunca realmente irá vencer como mulher se a questão da moralidade for levantada. Se nós, como movimento, tivermos que tratar de moralidade na questão do aborto, nós perderemos, porque o discurso moral é controlado pelos homens e é construído contra as mulheres.

Assim, em primeiro lugar, existe uma questão simples. Algo é considerado legal ou ilegal, e a moralidade não é o fator determinante.

Em segundo lugar, os sistemas morais são predominantemente utilizados contra as mulheres.

E agora o terceiro elemento é a religião, que é mais intimamente ligada à moralidade do que aos direitos.

Todas estas coisas contribuem umas com as outras de tal maneira que as pessoas não questionem o tema da moralidade.

Assim, neste contexto, tanto em termos de minha formação católica, como em termos de minha experiência em clínicas de aborto, eu acreditei então, e agora acredito mais firmemente, que a incapacidade de tratar esta questão no nível moral é uma grave ameaça para o sucesso a longo prazo do movimento a favor do aborto. Portanto, as Católicas para o Direito de Decidir pareciam ser o espaço ideal onde estas questões poderiam ser tratadas não apenas como questões Católicas, mas também como questões morais mais amplas. Eu penso que em alguns sentidos, mesmo nas suas origens, nas mentes das três mulheres que fundaram as Católicas pelo Direito de Decidir, elas nunca chegaram a imaginar que as Católicas viessem a engajar-se tão profundamente no discurso moral como elas são hoje.

O modo como as Católicas pelo Direito de Decidir tratavam destes temas em seu período inicial de fundação, digamos, desde 1973 até o momento em que eu me envolvi com elas, que foi quando começou o verdadeiro envolvimento com as questões morais, a questão do aborto era vista como um problema de consciência, do direito dos católicos em discordarem, e este tipo de coisas. Tratava-se do direito à liberdade religiosa.

Quando eu entrei para a diretoria das Católicas, eu estava trabalhando há dois anos em uma Fundação chamada o Projeto Jovem, eu era a diretora executiva desta organização em Washington D.C. A Fundação fazia doações a organizações de base em toda a América que estivessem envolvidas com mudanças sociais. Eu gastei um ano viajando em várias regiões onde procurava educar estes movimentos sobre como relacionar-se com as pessoas de origem latina e hispânica e aconselhando, por outro lado, a Fundação sobre a atuação destes movimentos. Com isto pude aprender como as Fundações financiadoras trabalham. Quero dizer, estes dois anos tornaram-me a arregimentadora de fundos bem sucedida que sou hoje porque eu aprendi, do lado de lá de trás da mesa, do lado de onde se decide para onde irá ser doado o dinheiro, o que estas Fundações querem saber, como dizê-lo e como explicar do que se trata cada projeto. Eu consegui desenvolver um sentido de igualdade nas relações entre o doador e o receptor de maneira a trabalhar nesta estrutura de um modo que você não pareça um mendigo pedindo dinheiro. Eu sei como dar às Fundações a chance que elas procuram para que elas possam investir o seu dinheiro com sucesso. Sem mim, vocês não conseguirão o sucesso que desejam.

O doador não pode ter sucesso se não há pessoas que possam fazer um grande trabalho ao receber o dinheiro. Assim, você sabe, eu desenvolvi toda uma filosofia em torno deste ponto.

Foi assim que Pat McMahon, que foi a diretora executiva das Católicas pelo Direito de Decidir desde 1978 até 1982, aproximadamente, conseguiu tirá-la do nada e conseguiu a primeira doação da Fundação Sunnen em St. Louis, Missouri. E a Fundação Sunnen, através dos primeiros anos das Católicas pelo Direito de Decidir, aquele período de tempo que se estende provavelmente até o fim dos anos 80, foi uma das principais financiadoras das Católicas pelo Direito de Decidir, e uma financiadora controversa, porque a família Sunnen, que eram as controladoras da Fundação, estavam muito fortemente comprometidas com o conceito de que havia pessoas em excesso em nosso planeta. Uma perspectiva do controle populacional global, mesmo em se tratando de uma Fundação que investia basicamente na área doméstica e no direito ao aborto em seus termos próprios.

Isto é um outro problema muito complicado.

Quando você examina os tipos de caracteres que desfilam ao longo da história deste movimento, você encontra em primeiro lugar pessoas que são estritamente partidárias dos direitos reprodutivos. Pessoas que acreditam no direito de escolha da mulher, que são comprometidas com o aborto por causa dos sofrimentos e dos direitos da mulher e tudo o resto.

Mas há outros que entraram neste movimento e que estão muito mais preocupados somente com uma outra coisa, que há um excesso de pessoas em todo o mundo e com os efeitos que este excesso de pessoas irão causar no planeta, nos Estados Unidos, na economia, nas conseqüências negativas individuais deste excesso de pessoas no bem estar individual de cada um. São pessoas que entraram para o movimento somente porque elas querem ver menos gente.

Mas, geralmente falando, eu penso que as pessoas e as organizações que estão interessadas no aborto tendo como motor a redução da população não fazem isso com uma consciência feminista. Eles não vêem o mundo e os problemas do mundo através da ótica do feminismo. Eu lembro que na Conferência do Cairo passei o tempo conversando e fazendo perguntas a muita gente. Você sabe, a Conferência do Cairo foi decisiva neste ponto porque foi um ponto de viragem do paradigma "***existe-um-excesso-de-gente***", "***nós-temos-que-estabilizar-a-população***" para o paradigma em que a chave está na educação da mulher e no em estar da mulher. Eu perguntei para um mundo de pessoas, e a maioria não quis responder estas perguntas quando eu as fiz, se fosse provado que a educação das mulheres tivesse como resultado um maior número de bebês, nós ainda continuaríamos lutando pela educação das mulheres? Você sabe, o pensamento óbvio que está por trás desta pergunta é: "***A educação das mulheres é apenas um meio para se alcançar um outro fim ou ela é um valor e um fim em si mesmo?***"

Então na verdade a questão é outra. Existiu realmente uma mudança de paradigma no Cairo ou estamos falando apenas no nível de táticas e estratégias? Entregue as pílulas para as mulheres, despeje-as com aviões se necessário, mas entregue as pílulas. Esta era a abordagem de Rei Ravenholt, a idéia de que se você disponibiliza a tecnologia as pessoas irão utilizá-la. Mas agora a maioria das pessoas acredita que há um limite para a eficiência desta estratégia. Esta estratégia irá conseguir 70% do objetivo esperado de reduzir o tamanho e o crescimento da população. Mas você ainda tem o problema dos outros 30%, e este é um grande problema, porque ainda é visível a necessidade de reduzir a população em algumas partes do mundo. Na Índia, por exemplo. Na África eu creio que há menos

necessidade porque ali a AIDs já está fazendo o serviço, não é o que eu penso, mas é o que a elite populacionista diria. Mas de qualquer maneira existe uma necessidade de uma contínua redução populacional na Índia, na China e em outros lugares. E a entrega de anticoncepcionais ajudou, mas não fez o serviço completo. Assim a questão é, o que mais é necessário acontecer para alcançar o objetivo desejado?

- Desculpe, de que objetivo está falando?

- Diminuir ainda mais as taxas. Convencer as pessoas a ter menos filhos.

Existe uma aceitação geral no campo populacional de que é necessário haver outras estratégias e outras técnicas, incluindo a educação das mulheres, para diminuir a população. O exemplo de Kerala, na Índia, é o exemplo geral que todo mundo cita: para cada dois anos a mais de educação, cada mulher irá adiar mais uma gravidez.

Então isso é tudo parte de um discurso e parte de uma estratégia para reduzir a população. E a questão central que está na minha mente é, como feminista, a questão do quanto realmente ocorreu no Cairo uma mudança de paradigma e do quanto isto não seria apenas um aumento do número de estratégias disponíveis para alcançar de novo o mesmo objetivo de reduzir o problema populacional.

Hoje um dos dilemas para muitas pessoas do movimento feminista, feministas que advogam pela saúde das mulheres e advogam pela saúde reprodutiva, é que nós não acreditamos que as pessoas da Agência Internacional do Desenvolvimento adotaram realmente nenhum novo paradigma, e agora nós nos tornamos as pessoas que estão pedindo financiamento para eles. É tudo muito complicado.

- Quando você decidiu entrar para a diretoria das Católicas para o Direito de Decidir em 1982, como era o discurso naquele momento em ambos os lados?

- Nós estávamos nos estágios iniciais, muito, muito, muito iniciais da estratégia das multidões anti aborto. Era o período em que os protestantes conservadores decidiram que a crença que eles tinham tido, isto é, que era errado envolver-se em política, que um protestante conservador, um evangélico ou um fundamentalista deveria em sua vida separar-se do demônio, o que incluía a política, um mundo que não poderia estar no mundo de uma pessoa de fé evangélica. E de repente chegou o momento em que eles começaram a apavorar-se pelo modo como os seus valores haviam sido erodidos pelos direitos das mulheres, pelo direito ao aborto, pelo sexo livre e tudo o mais. Tudo o que eles tinham de mais caro estava desmoronando, e assim eles não tinham outra saída a não ser derrubar sua idéia de manter-se longe da política e começar a envolver-se na política. Isto estava começando justamente naquele período.

- Então, quando você assumiu em 1982, descreva-me como era a organização das Católicas em 1982.

- Em 1982 havia uma equipe que consistia na editora da revista Conscience, uma organizadora de colaboradores, a diretora executivo, que acabei sendo eu, e uma secretária, uma ou duas secretárias. Talvez houvesse duas secretárias administrativas. Esta era a equipe. E o orçamento era, o orçamento de toda a organização, em torno de 250 a 275 mil dólares por ano. Era isto o que o grupo era. Para o ano de 1982, éramos certamente a menor de todas as organizações de direitos reprodutivos.

- Pode ser, mas de onde vocês tiravam um quarto de milhão de dólares por ano?

- Da Fundação Sunnen, da Fundação Ms., da Fundação Playboy. Quando eu entrei, elas tinham acabado de receber sua primeira doação da Fundação Ford, cerca de 20 mil dólares, para entrevistar as mulheres e produzir um estudo sobre como elas se sentiam após deixarem a clínica de abortos. E com certeza isto representou um outro ponto de virada, isto é, o fato de ter recebido uma doação da Fundação Ford. Isto significava termos sido finalmente admitidas naquele mundo.

- OK. Quanto de coragem era necessário para ser uma Católica pelo Direito de Decidir no final dos anos 70 e no início dos 80?

- Provavelmente menos do que é necessário hoje, porque tudo isto era antes que João Paulo II tivesse sido Papa. Os bispos católicos eram muito ativos nestas questões, mas realmente não tinham prestado muita atenção às CDDs.

Uma das realidades entre as Católicas pelo Direito de Decidir era que entre os grupos de católicos progressistas, nós realmente estivemos entre os primeiros. As Católicas pelo Direito de Decidir vieram antes que existisse uma Conferência pela Ordenação das Mulheres, e as Católicas já existiam antes que houvesse um movimento pela reforma da Igreja e antes que houvesse um movimento pelos direitos homossexuais na Igreja. Os elementos progressistas da Igreja Católica estavam começando a se organizar no mesmo período em que as Católicas estavam também se organizando.

Uma das coisas que é parte da estratégia de tornar a identidade das Católicas pelo Direito de Decidir mais explicitamente católica foi a idéia de testar se havia ou não havia um número significativo de líderes católicos que estariam prontos a assinar uma declaração, uma declaração moderada, sobre o aborto. Estas pessoas teriam coragem de sair, mesmo que apenas um pouquinho, de dentro do seu armário? Foi assim que Dan Maguire, sua então esposa Marjorie e eu, esboçamos uma declaração intitulada "*A Declaração Católica sobre o Aborto*".

Nós começamos pedindo às pessoas que a assinassem. Conseguimos um número razoável de pessoas, provavelmente um total de cinquenta pessoas assinaram a declaração no primeiro ano. Eram todos teólogos liberais católicos. Algumas eram freiras, havia um sacerdote ou dois, a maior parte pertencia à vida acadêmica, porque a declaração teve sua partida dada em uma conferência acadêmica. Em seguida decidimos publicar um anúncio a respeito no jornal New York Times. A declaração era basicamente simples. A parte que foi mais criticada dizia que havia mais de uma posição católica legítima sobre a questão do aborto. Ela mencionava as pesquisas de opinião públicas. As pesquisas mostravam que os católicos eram a favor do aborto. A declaração também chamava os bispos a abrir um diálogo sobre a questão do aborto, e dizia que a questão do aborto deveria ser abordada dentro da comunidade católica de modo que as pessoas pudessem expressar-se a respeito e trabalhar com a mesma. A declaração também exortava os bispos a não penalizar ninguém, que a penalização dos católicos que eram a favor do aborto não era o caminho a ser trilhado. Isto é essencialmente o que a declaração dizia. Nenhuma pessoa que tivesse assinado a declaração estaria assinando que sua posição seria a favor do aborto. A declaração não dizia que a posição a favor do aborto era a posição correta. Ela simplesmente enumerava uma série de fatos e pedia o diálogo em uma abordagem não punitiva.

O Vaticano não fez nada. Ninguém fez nada. Quero dizer, houve muito pouca reação. Conseguimos uma pequena cobertura na imprensa. Depois das eleições, o Vaticano escreveu para os superiores das ordens religiosas que tinham membros que haviam assinado a declaração e disse: ***"Vocês devem fazer com que estas mulheres se retratem"***.

Existe um órgão dentro do Vaticano chamado Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares. Este órgão mudou de nome, mas na época o nome era este. E o órgão era encarregado de todas as ordens de freiras, os Jesuítas e as Misericórdias, os homens, as mulheres e tudo o mais. E assim ela escreveu para os superiores destas comunidades, as madres superiores, as secretarias gerais ou como queira chamá-las, e disseram: ***"Estes membros da sua comunidade assinaram uma declaração que apareceu no New York Times, e isto é contra os ensinamentos da Igreja, e nós queremos que chamem tal irmã e lhe digam que retrate sua assinatura"***.

E assim aconteceu que havia vinte e quatro irmãs, havia na realidade vinte e cinco irmãs que a assinaram, mas o Vaticano somente identificou vinte e quatro. Havia uma que eles não desconfiaram que fosse uma irmã. E havia também dois irmãos e dois sacerdotes que também haviam assinado a declaração. Para resumir, os padres e os irmãos se retrataram. Eles me chamaram pelo telefone. Mandaram cartas para mim dizendo que eu retirasse seus nomes da declaração. OK. Mas as mulheres não quiseram se retratar, e assim seguiu-se uma guerra de dois ou três anos e negociações com o Vaticano sobre o que iria acontecer. E tudo foi muito, muito público. Uma das coisas sobre a organização e os esforços para reformar a Igreja Católica é não deixar as coisas acontecerem em segredo. Nós sabíamos que o New York Time era o nosso melhor amigo. Você sabe, a batalha pela reforma da Igreja Católica tem que ser feita nas páginas dos jornais e na TV e no rádio porque nós não temos acesso aos mecanismos da Igreja, e assim temos que usar os mecanismos seculares para conseguir veicular a mensagem.

Assim tudo isso foi colocada nas páginas de todos os jornais dos Estados Unidos. As freiras foram identificadas. Houve conferências de imprensa. Houve de tudo, e assim tudo isso foi um momento enormemente importante. Foi provavelmente o momento de coroação da solidificação do reconhecimento que os católicos eram a favor do aborto. Você sabe, quando as Católicas pelo Direito de Decidir começaram, todos acreditavam que os católicos não eram a favor do aborto, e que os católicos faziam o que os bispos lhes diziam para fazer. E assim o processo de fundação das CDDs até 1984 foi um processo de tornar tudo isso visível e tornar conhecido para todo mundo que nós católicos fazemos o que queremos.

Eu penso que sempre fez parte de nossa estratégia reconhecer que há pessoas a quem você pode alcançar e pessoas a quem você não pode alcançar. Nós sempre estivemos conscientes, desde o início, que há muito mais pessoas ambivalentes na questão do aborto do que foi geralmente reconhecido pelo movimento a favor do aborto. Durante anos nós sempre achamos que estes eram em torno de 75%. Assim, sempre fomos a maioria. A realidade é que cerca de 20% das pessoas são decididamente a favor do aborto e 10% são decididamente anti aborto. Este número aumentou. Mas o resto, os outros 60%, eles são a favor do aborto. Eles não são decididamente a favor do aborto, para eles o aborto é uma coisa terrível, mas eles não gostariam que fosse ilegal, eles são ambivalentes. E a missão das Católicas pelo Direito de Decidir é alcançar estas pessoas.

- Sim, e uma das coisas que me fascinaram na Internet foi toda a questão da animação, em que momento a alma é introduzida, toda a questão do início da vida e de quando um feto se torna bebê.

- Bem. nós tratamos disto, nós somos as pessoas no movimento que temos que dizer que você deve tratar da questão do feto. Você sabe, nós nunca ganharemos este negócio se nós deixarmos os fetos com eles.

- Eles tem imagens dos coraçõezinhos batendo, dos dedinhos, e outras coisas assim.

- Você sabe disso. Quando você contrapõe um feto contra uma mulher a mulher perde. Você sabe disso. Bebês contra mulheres, os bebês vencem. Sempre. Então nunca pareceu para nós que você poderia ignorar isso. Agora, com certeza, como católicas, nós somos mais forçadas a tratar com a questão do feto, porque a apresentação pública do argumento dos bispos diz que o aborto é um assassinato, abortar é matar, a vida começa na concepção. Nosso trabalho tem sido colocar esta questão em primeiro plano desde uma perspectiva católica. Você também sabe disso. A perspectiva católica é um bom lugar para começar, tanto em termos filosóficos, sociológicos como teológicos, porque a posição católica é a posição mais desenvolvida. Assim, se você puder refutar a posição católica, você refutou todas as demais. OK. Nenhum dos outros grupos religiosos realmente têm declarações tão bem definidas sobre a personalidade, quando a vida começa, fetos e etc. Assim, se você derrubar a posição católica, você ganha.

- E assim esta declaração de 1984 trouxe tudo para a arena pública.

- E também, novamente, mostrou a diferença que há entre homens e mulheres, porque aqui você tem quatro rapazes que imediatamente fizeram o que o Vaticano lhes ordenou que fizessem e estas vinte e quatro mulheres que disseram: "**Não, nós não vamos nos retratar**".

O caso foi que o Vaticano perdeu um grande tempo, eles perderam um grande tempo em termos de sua autoridade, porque eles não conseguiram obter o que eles queriam. E um par delas eram teimosas. As duas que eram de West Virginia eram as melhor conhecidas. Foram elas que escreveram o livro "**Não Voltar Atrás**", Barbara Ferraro e Patricia Hussey. Elas foram as únicas que disseram desde o início: "**Olhem, não somente nós não queremos dizer a eles que aceitamos os ensinamentos da Igreja, como também queremos dizer a eles que nós somos a favor do aborto**".

No final a comunidade as apoiou porque a questão, novamente, era uma questão de poder. A questão era quem estava no controle, a comunidade ou o Vaticano.

O Vaticano, pela lei canônica, não tem o direito de demitir uma irmã de uma ordem. É a ordem que demite a irmã. O Vaticano pede à ordem que demita a irmã. Se a ordem diz não, o Vaticano tem um recurso, mas o recurso não é demitir a irmã, o recurso é demitir a superiora. Assim a batalha passou para um outro nível além do nível do aborto. A batalha foi a das comunidades religiosas afirmando sua autoridade dentro do direito canônico de decidir quem é membro de sua comunidade e quem não é membro de sua comunidade. No fim as superiores acabaram dizendo: "**Nós não vamos demitir as irmãs**". A superiora das irmãs mostrou o pescoço, desafiou o Vaticano. E ela venceu. Todas venceram. Quando tudo estava acabado e a comunidade havia vencido, as duas irmãs que deviam ter sido demitidas pediram dispensa e agora não são mais freiras. São apenas duas mulheres administrando uma casa de desabrigados em West Virginia.

- Certo, E o que significou para a sua organização o fim desta discussão?

- Muito mais visibilidade, muito mais discussão sobre o tema do aborto, muitos mais aliados para a organização. Para a maioria de 90%, tudo terminou positivamente, para uma minoria de 10% houve um ressentimento de quem achou que colocamos as irmãs em apuros. Nós teríamos usado delas. Mas não foi isso, foi tudo muito importante e um excelente momento.

- Gostaria que nos falasse também sobre o trabalho internacional, sobre como as Católicas pelo Direito de Decidir se moveram para fora dos Estados Unidos.

- Penso que houve duas coisas que deram a impulso para que entrássemos no trabalho internacional. A primeira foi o Papa João Paulo II. Este homem é hoje o Papa que governou a Igreja por mais tempo e também foi o primeiro Papa que realmente utilizou-se da tecnologia moderna e entendeu o seu papado como num fenômeno mundial, um ministério internacional, em vez de ver-se a si mesmo como alguém que tivesse que gastar todo o seu tempo em Roma, governando a Igreja desde Roma. Trata-se de um Papa que viajou em todo o mundo, que reafirmou os ensinamentos contra, ou melhor, as posições, a mentalidade pela qual a sexualidade, a reprodução, os direitos reprodutivos, a sexualidade, o controle da natalidade e o aborto eram vistos como males principais a serem combatidos no mundo moderno. Ele considera o seu papado como algo contra cultural, considera a Igreja como um farol em uma cultura que se desenvolveu de modo equivocado, uma cultura moderna em que o liberalismo, o individualismo, o hedonismo, et cetera, são todos dominantes, e na qual a Igreja deveria ser o símbolo contra tudo isto. E por isso ele viajou para o mundo afora, de um modo em que a crítica ao aborto, a crítica da sexualidade, a crítica do controle de natalidade é uma parte muito dominante da sua mensagem, onde quer que ele vá. Há uma certa lógica em tudo isso. Este tipo de mensagem repetido em todo o mundo de um modo muito consistente faz parte de uma visão mais geral em que o sofrimento é visto como um bem. Agora que o papa está tão debilitado fisicamente, ele se vê a si mesmo como um símbolo visível para os católicos do valor do sofrimento no mundo. Quando entendemos que esta é a mente do homem, podemos perceber imediatamente que trata-se de uma visão construída de um modo muito estreito quando comparado com os interesses da maior parte da comunidade moderna que deseja aliviar o sofrimento, e em termos do papel que a saúde reprodutiva e a capacidade de controlar a fertilidade desempenha no alívio do sofrimento das mulheres e das famílias, particularmente no mundo em desenvolvimento. Podemos ver que tudo está pronto para um conflito de grandes proporções nestes assuntos. Este Papa está viajando em todo o mundo e está pregando contra tudo o que nós acreditamos.

Um dia nós recebemos de um grupo na Colômbia uma cópia de uma de nossas publicações que alguém traduziu para o espanhol. O texto apareceu de repente na minha mesa. Isto me fez pensar: ***"Bem, pode ser que o que nós temos nas Católicas pelo Direito de Decidir seja importante e possa ser aplicado a outras pessoas no mundo"***.

- A maioria dos católicos romanos não vive na América Latina?

- Sim, eu penso que sim. Li sobre isto recentemente. É uma grande população, e são católicos. Isto me fez pensar, a mim e às demais na organização, se as Católicas não deveriam ser ativas em outras partes do mundo, particularmente na América Latina, por esta ser tão católica. Estávamos preocupadas. Como um tipo de católicas liberais e progressistas, nós estamos muito envolvidas em todas as questões que dizem respeito ao imperialismo cultural, o diálogo norte sul e o papel dos americanos nestes enormes problemas, especialmente no campo da saúde reprodutiva. Todas estas

questões estavam nas nossas mentes como uma organização americana. Tínhamos o direito de desempenhar um papel nas questões relacionadas com a saúde reprodutiva no mundo em desenvolvimento? E como iríamos fazer isso? Somos, em primeiro lugar, americanas ou católicas? Se fizéssemos isto como americanas, o que significaria fazer isto como americanas? Se fizéssemos isto como católicas, o que significaria fazê-lo como católicas? Poderíamos apresentar-nos a nós mesmas como parte da única Igreja santa, apostólica e universal atuando em conjunto com as pessoas que participam de nossos valores como católicas, em vez de bolivianas e norte americanas?

Fui eu mesma que conduzi o processo e, assim, comecei a viajar na América Latina, para fazer conferências e encontros. Pegava no telefone e conversava com tal e tal pessoa. Perguntava se elas conheciam quem poderia estar interessada.

Gastamos nisso cerca de um ano. Então tivemos uma conferência nacional entre as Católicas pelo Direito de Decidir e convidamos uma dúzia das pessoas que encontramos nas viagens para a conferência onde participariam de um encontro de dois dias em que discutiríamos se as Católicas pelo Direito de Decidir seriam ou não importantes na América Latina, e que tipo de coisas nós poderíamos fazer.

O fato é que nos Estados Unidos apenas 23 por cento da população é católica. Apesar de que somos a maior igreja individual da América, nós ainda somos somente 23% da população. Assim, ser uma Católica pelo Direito de Decidir em um país onde não se é a religião única ou dominante tem um certo significado. Que significado teria ser uma Católica pelo Direito de Decidir em um país onde 90% das pessoas são católicas?

Ficou evidente que todos pensavam que seria importante levar estas idéias adiante. O trabalho que fazíamos em termos de articular como alguém poderia ser católica e a favor do direito de escolha tinha valor universal. Não há diferença entre a posição católica no México e a posição católica nos Estados Unidos. O trabalho que fazemos não está ligado aos Estados Unidos, está ligado à teologia, e sob este ponto de vista, levar o trabalho para a América Latina, na opinião de todos, fazia muito sentido,

Encontrei em uma conferência feminista na Costa Rica uma médica uruguaia, uma médica católica e feminista, chamada Cristina Grela, que pensava que ela fosse a única pessoa no mundo que tinha pontos de vista ao mesmo tempo católicos e a favor do direito de decidir, e que concordou em tornar-se a representante regional para a América Latina para as Católicas pelo Direito de Decidir. E foi assim que começamos. Começamos no Uruguay, que, com certeza, é um excelente ponto de partida, porque o Uruguay é o país menos católico em toda a América Latina, e que possui as leis mais progressistas do continente. Ali não há barreiras para se trabalhar, e os bispos não tem tanto poder como em outros países. O Uruguay foi fundado como um estado moderno pela Maçonaria, e nunca teve laços profundos com a Igreja. E assim Cristina Grela começou o processo de viajar pela América Latina, desenvolvendo publicações, listas de correio e iniciando grupos.

Conseguimos, ao longo dos anos, obter financiamentos significativos, em nossa perspectiva. Quero dizer, não são financiamentos significativos do ponto de vista de organizações como o Conselho Populacional ou a Fundação Pathfinder, mas foram financiamentos muito bons por parte das fundações Hewlett, Packard e Ford. A Fundação Ford foi a nossa grande fundação financiadora. A Fundação Ford ajudou as Católicas pelo Direito de Decidir a tornar-se internacional e a trabalhar na América Latina.

Eles foram nossa principal ajuda. José Barzelatto, que foi o diretor do programa da Fundação Ford quando este foi revitalizado no final dos anos 80, enxergou que nós realmente tínhamos os meios necessários para desenvolver grupos fortes no México, no Brasil e um escritório regional no Uruguay.

À medida em que o tempo foi passando, na Bolívia formou-se um grupo de Católicas pelo Direito de Decidir muito forte, e em seguida surgiram grupos menores e menos financiados na Argentina, na Colômbia, no Chile e no Perú. Agora estamos começando algum trabalho na América Central fora do eixo mexicano, ou do grupo mexicano. Alguns destes grupos são proporcionais, eu diria, ao do México, em termos de poder e dinheiro. O programa do México tem um orçamento próximo a um milhão de dólares por ano.

A realidade do movimento das Católicas pelo Direito de Decidir é que ele depende totalmente em encontrar a pessoa certa. Trata-se de uma realidade muito diferente de qualquer outro grupo. As Associações de Planejamento Familiar, os Conselhos Populacionais, qualquer uma destas organizações tem uma possibilidade real de contratar profissionais. Para algumas pessoas isto será uma paixão e um engajamento, mas para outras será apenas um emprego. Elas poderiam estar trabalhando com a mesma facilidade para a Cruz Vermelha Americana, para a Cruz vermelha Internacional, para o movimento ambientalista ou qualquer outra coisa mais, com responsabilidade, mas antes de tudo como profissionais. Mas para as Católicas pelo Direito de Decidir tem que ser um engajamento. Não há nenhuma maneira pela qual você pode trabalhar para as Católicas pelo Direito de Decidir sem estar primeiro e acima de tudo total e apaixonadamente engajada por todos estes temas.

Em primeiro lugar, quem trabalha aqui destrói todas as oportunidades de obter qualquer outro emprego no mundo. Eu, e muitas de minhas aliadas, nunca mais serão empregadas por mais ninguém. Às vezes minha equipe se preocupa pensando que vou abandoná-las. Inagam que a Planned Parenthood, este grupo ou aquele outro irão contratar-me porque faço um bom trabalho. Mas a realidade é que ninguém me contrataria, porque nenhuma instituição deseja pessoas tão independentes. Vejo a mim mesma como uma profeta. Pode ser piegas, mas é a realidade, é isto o que eu sou. Vejo meu trabalho na tradição profética dentro da religião, e eu seria isto onde quer que eu trabalhasse. E é isto o que são as pessoas que trabalham para as Católicas pelo Direito de Decidir ou com as Católicas pelo Direito de Decidir em todo o mundo. Isto é verdade também para todas as pessoas neste movimento, as muitas pessoas que trabalharam em questões populacionais, de planejamento familiar e saúde reprodutiva, que se colocaram no centro de controvérsias, adotaram posições impopulares, quer eu concorde com as suas posições ou não, e arruinaram as suas carreiras.

Até agora eu tenho tido sorte, porque posso dizer que encontrei os recursos pelos quais eu posso viver e realizar este trabalho por tanto tempo quanto eu queira e porque toda a instituição é uma instituição profética. Não é como se eu estivesse trabalhando para a USAID [United States Agency for International Development] e eu fosse independente dentro da USAID. Aqui eu sou a chefe de uma organização independente. É aqui onde começamos. Temos que achar alguém, somos cepas raras, temos que achar pessoas que queiram fazer este trabalho, que sejam católicas, que sejam feministas, e que queiram continuar a identificar-se com a Igreja.

- Vocês trabalharam em outros lugares além da América Latina?

- Estamos trabalhando agora na África. Estamos trabalhando na Europa, mas a Europa é uma situação muito diferente. Na Europa nós simplesmente contratamos uma pessoa que é nossa

representante européia. Na essência, trata-se de um membro das Católicas pelo Direito de Decidir que trabalha em Paris. Não há nenhuma iniciativa para formar grupos na Europa. É um trabalho de representação, mas fazemos muitos trabalhos na Europa e junto à União Européia.

Começamos a trabalhar na África há apenas dois anos. Sempre tivemos medo de trabalhar na África porque ali o catolicismo é extremamente conservador. Não sabemos se teríamos a habilidade de fazer o trabalho e de fazê-lo bem feito. Não queremos ir e cometer erros. Não temos a mesma possibilidade de cometer erros como muitas outras organizações fazem. Temos mais inimigos, mais inimigos poderosos que nos querem destruir, que nos observam e nos monitoram mais do que a qualquer outra organização.

- E sobre a Conferência do Cairo, aquela que mudou as Nações Unidas?

- Em primeiro lugar, antes de tudo, em um certo sentido, a Conferência do Cairo começou no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro foi o momento precursor do debate que deveria acontecer no Cairo. Rio de Janeiro foi o momento em que percebemos que o Vaticano estava na mesma cama com as feministas.

No Rio de Janeiro o Vaticano estava dizendo que era contra que a população fosse articulada como uma causa, não necessariamente a principal, mas como uma causa da degradação ambiental. Que a população não era o problema. Quando a Igreja Católica tomou esta posição, as feministas tomaram numa posição semelhante, isto é, que objetivamente o tamanho e o crescimento da população não podia ser a causa da degradação ambiental, da instabilidade econômica, das ameaças à segurança dos Estados Unidos, et cetera.

E além disso havia a outra posição que dizia que a solução para os problemas ambientais, a pobreza, et cetera, não era reduzir o número das pessoas. O principal problema eram os interesses das grandes empresas. O principal problema com o deflorestamento não estava em que as pessoas pobres praticavam queimadas porque tinham muitos filhos. O maior problema eram os interesses das empresas, como as japonesas, que destruíam as florestas. E o problema no mundo é que nós, os poderosos, não temos poder suficiente sobre as empresas para fazê-las parar.

Mas, se mesmo sabendo disso, nós, os poderosos, não temos poder suficiente para fazer parar as empresas, temos poder suficiente para fazer com que os pobres tenham menos filhos, voluntariamente ou não. Assim, mesmo reconhecendo que os esquerdistas e os ativistas afirmam que esta estratégia é eticamente problemática, esta é a única solução que podemos implementar.

Foram estas as posições que vieram à tona no Rio de Janeiro.

As mulheres que estiveram presentes no Rio de Janeiro eram as da ala radical do movimento da saúde da mulher e do movimento feminista, predominantemente mulheres do terceiro mundo com algum envolvimento com a IWHC [International Women's Health Coalition]. Sua mensagem foi tipicamente uma mensagem do terceiro mundo. Não é possível usar as mulheres como instrumentos do desejo de construir um melhor meio ambiente.

Assim havia uma convergência entre as feministas e o Vaticano, porque tanto as feministas quanto o Vaticano estavam dizendo as mesmas coisas mas com diferentes objetivos e diferentes

valores, mas para as pessoas cujo paradigma era um paradigma populacional, não fazia muita diferença se estas duas outras posições fossem muito diferentes. Assim surgiu uma grande preocupação nos Estados Unidos para tentar fazer alguma coisa entre o Rio de Janeiro e o Cairo para acabar com a tensão entre as feministas da comunidade da saúde da mulher, os estabelecimentos populacionais e os ambientalistas. Os poderosos não queriam ir para o Cairo com todas estas pessoas brigando entre si sobre estas questões.

O papel decisivo que a Fundação Ford e a Fundação MacArthur representaram neste momento para mudar quem estaria na mesa é uma parte do quadro mais amplo dentro do qual as Católicas pelo Direito de Decidir estão inseridas. Porque na realidade estas tensões haviam existido sempre. As feministas estavam dizendo estas coisas desde a Conferência de Bucareste. A realidade é que, antes do Rio de Janeiro, os grupos feministas, centrados nas mulheres, orientados para os direitos reprodutivos, com sentimentos opostos ao controle populacional, nunca tinham tido a oportunidade de senterem-se à mesa. Ademais, elas também não tinham dinheiro. A Fundação Ford e a Fundação MacArthur nos anos 80, mais exatamente da metade dos anos 80 em diante, começaram a fazer investimentos substanciais em grupos feministas internacionais ligadas à saúde e aos direitos reprodutivos. Foi desta maneira que nos tornamos internacionais, e as Católicas pelo Direito de Decidir foi uma das partes beneficiárias desta grande controvérsia, no sentido em que nos tornaríamos parte desta força que iria lutar por uma mudança de paradigma. Na verdade, nós nos tornamos uma parte deste novo paradigma.

Agora nós, as mulheres, existíamos. Havia uma Joan Dunlop, uma Adrienne Germaine, uma Carmen Barroso, uma Sonia Correia, e podemos continuar mencionando uma Bella Abzug, uma Rachel Kyte e todos os integrantes daquele amplo movimento de mulheres que foi fundado, que se profissionalizou, e que agora podia tomar seu lugar junto à mesa. E nós estávamos ali. As Católicas pelo Direito de Decidir era uma parte daquilo tudo. Estivemos no pós-Rio, no-pré Cairo, e todos estavam preocupados porque estas vozes iriam silenciar os planejadores familiares e os populacionistas. Em meu papel de profeta, de pioneira, de provocadora, de pessoa que rasga o envelope, de pessoa que diz que o imperador está nú, de comunicadora, de educadora, de agente de mudanças, de tudo isso, minha experiência foi que podemos mover as pessoas muito mais fazendo perguntas do que dando-lhes respostas. Se conseguimos compreender qual é a pergunta certa que fará as pessoas pensarem sobre algo que até aquele momento elas foram incapazes de pensar, isto irá empurrá-las para fora do armário em que haviam decidido viver. E neste momento nós realmente fizemos o trabalho. Na Conferência do Cairo uma destas perguntas foi como pode um Estado que tem apenas mil cidadãos, dos quais apenas dez são mulheres, dos quais todos são homens, e que não possui qualquer problema populacional, ter tanto a dizer em uma conferência populacional? Pois é isto o que é o Vaticano.

E, você sabe, esta é a questão.